

# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**EM**

**31 DE DEZEMBRO DE 2018**

## SUMÁRIO

	FOLHA
<b>1 BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>3 e 4</b>
<b>2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>	<b>5</b>
<b>3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>6</b>
<b>4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>6</b>
<b>5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>7</b>
<b>6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>8</b>
<b>7 NOTAS EXPLICATIVAS</b>	<b>9 a 31</b>
<b>8 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES</b>	<b>32 a 35</b>
<b>9 PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>	<b>36</b>

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Levantados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em milhares de reais

<b>ATIVO</b>	<b>NE nr.</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>80.990</b>	<b>77.216</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	42.886	37.905
Clientes	6	30.209	25.380
Outros Créditos	8	4.772	4.722
Despesas Antecipadas	9	3.123	9.209
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>571.185</b>	<b>598.234</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>23.590</b>	<b>27.885</b>
Depósitos Judiciais	10	115	78
Tributos Diferidos	11	23.475	24.775
Despesas Antecipadas	9	-	3.032
<b>Imobilizado</b>	12	<b>383.994</b>	<b>397.787</b>
<b>Intangível</b>	13	<b>163.601</b>	<b>172.562</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>652.175</b>	<b>675.450</b>

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Levantados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em milhares de reais

<b>PASSIVO</b>	<b>NE nr.</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>124.880</b>	<b>164.575</b>
Obrigações Sociais e Trabalhistas	14	268	222
Fornecedores	15	3.996	3.324
Imposto de Renda e Contribuição Social	16	27.990	36.964
Outras Obrigações Fiscais	17	2.282	2.146
Debêntures	22	-	30.370
Dividendos a Pagar	18	19.083	24.055
Concessão de Uso de Bem Público	19	62.813	58.411
Pequisa e Desenvolvimento	20	7.412	7.467
Outras Contas a Pagar	21	1.036	1.616
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>473.318</b>	<b>449.149</b>
Concessão de Uso de Bem Público	19	473.318	449.149
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>53.977</b>	<b>61.726</b>
Capital Social	25.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	25.3	255	255
Reserva Legal	25.2	7.101	7.100
Dividendos Adicionais Propostos	25.4	11.118	18.868
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>652.175</b>	<b>675.450</b>

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**( Em Milhares de Reais - Exceto o Lucro por Ação)**

	NE nr.	31/12/2018	31/12/2017
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	26	<b>293.942</b>	<b>291.596</b>
( - ) Custos Operacionais	27	(83.550)	(86.358)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>210.392</b>	<b>205.238</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(6.381)</b>	<b>(6.870)</b>
Despesas Administrativas	28.1	(6.408)	(6.870)
Outras receitas		27	-
<b>LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS</b>		<b>204.011</b>	<b>198.368</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(89.301)</b>	<b>(54.254)</b>
Receitas financeiras	28.2	1.750	13.494
Despesas financeiras	28.3	(91.051)	(67.748)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>114.710</b>	<b>144.114</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(38.379)</b>	<b>(47.894)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	16	(37.079)	(46.595)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	11	(1.300)	(1.299)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>76.331</b>	<b>96.220</b>
<i>LUCRO POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS</i>		<i>1,266</i>	<i>1,596</i>

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>76.331</b>	<b>96.220</b>
Outros resultados abrangentes			
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:		-	-
Operações com Créditos de Carbono		-	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros		-	-
<b>Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>76.331</b>	<b>96.220</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros				Total
				Reserva Legal	Retenção de Lucros	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros (prejuízos) Acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>35.503</b>	<b>255</b>	<b>7.100</b>	<b>-</b>	<b>36.843</b>	<b>-</b>	<b>79.701</b>
Lucro do exercício 2017		-	-	-	-	-	96.220	96.220
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(36.843)	-	(36.843)
Dividendos distribuídos antecipadamente		-	-	-	-	-	(53.297)	(53.297)
<u>Destinação proposta à A.G.O.</u>								
Reserva legal		-	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	(24.055)	(24.055)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	18.868	(18.868)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>35.503</b>	<b>255</b>	<b>7.100</b>	<b>-</b>	<b>18.868</b>	<b>-</b>	<b>61.726</b>
Lucro do exercício 2018		-	-	-	-	-	76.331	76.331
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(18.868)	-	(18.868)
Dividendos distribuídos antecipadamente	25.5	-	-	-	-	-	(46.131)	(46.131)
Reserva legal	25.2	-	-	1	-	-	-	1
Dividendos obrigatórios	18	-	-	-	-	-	(19.083)	(19.083)
Dividendos adicionais propostos	25.4	-	-	-	-	11.118	(11.118)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>35.503</b>	<b>255</b>	<b>7.101</b>	<b>-</b>	<b>11.118</b>	<b>-</b>	<b>53.977</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	31/12/2018	31/12/2017
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício		76.331	96.220
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa</b>			
Depreciação	12	16.452	18.344
Amortização de intangível	13	8.962	9.359
Variações monetárias não realizadas	28.3	90.817	50.879
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.300	1.299
Resultado de baixa de imobilizado		-	165
Premio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015	27	9.098	6.515
<b>Redução (aumento) dos ativos operacionais:</b>			
Cientes	6	(4.829)	(1.018)
Outros créditos	8	(50)	(548)
Despesas pagas antecipadamente	9	(20)	3
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>			
Obrigações sociais/trabalhistas	14	46	26
Fornecedores	15	672	130
Imposto de renda e contribuição social	16	(8.974)	22.511
Outras obrigações fiscais	17	136	44
Pagamento de encargos de debêntures	22	(893)	-
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	28.3	(61.305)	(61.614)
Pesquisa e desenvolvimento	20	(55)	1.310
Outros valores a pagar	21	(579)	367
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>127.109</b>	<b>143.992</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisições de imobilizado	12	(2.659)	(1.538)
Adições no intangível		-	(4)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(2.659)</b>	<b>(1.542)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos		(89.054)	(102.420)
Resgate de debêntures	22	(30.415)	(40.608)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(119.469)</b>	<b>(143.028)</b>
<b>Varição no caixa e equivalentes a caixa</b>		<b>4.981</b>	<b>(578)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5	37.905	38.483
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5	42.886	37.905
<b>Varição no caixa e equivalentes a caixa</b>		<b>4.981</b>	<b>(578)</b>

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
( Em Milhares de Reais )

	NE nr.	31/12/2018	31/12/2017		
<b>Receitas</b>					
Geração de energia , serviços e outras receitas	26	308.917	306.614		
<b>Total</b>		<b>308.917</b>	<b>306.614</b>		
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Energia Eletrica comprada para revenda	27	27.180	27.894		
Encargos de uso da rede eletrica	27	12.808	12.000		
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	27	5.937	5.851		
Material, insumos e serviço de terceiros	27 e 28	12.424	13.527		
Outros insumos	27 e 28	490	-		
<b>Total</b>		<b>58.839</b>	<b>59.272</b>		
<b>(=) Valor adicionado bruto</b>		<b>250.078</b>	<b>247.342</b>		
<b>(-) Depreciação e amortização</b>					
	27 e 28	<b>25.414</b>	<b>27.703</b>		
<b>(=) Valor adicionado líquido</b>		<b>224.664</b>	<b>219.639</b>		
<b>(+) Valor adicionado transferido</b>					
Receitas financeiras	28.2	1.750	2.681		
<b>Total</b>		<b>1.750</b>	<b>2.681</b>		
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>226.414</b>	<b>222.320</b>		
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
	NE nr.	31/12/2018	%	31/12/2017	%
<b>Pessoal</b>					
Remuneração e honorários	28.1	2.703		2.618	
Planos previdenciarios e assistencial	28.1	774		706	
Beneficios	28.1	296		281	
Encargos sociais - FGTS	28.1	90		84	
Participações nos lucros e/ou resultados		-		-	
<b>Total</b>		<b>3.863</b>	1,7	<b>3.689</b>	1,7
<b>Governo</b>					
Federal	26 e 28.1	54.914		65.224	
Estadual	28.1	8		5	
Municipal	28.1	16		14	
<b>Total</b>		<b>54.938</b>	24,3	<b>65.243</b>	29,3
<b>Terceiros</b>					
Juros e variações monetárias	28.3	91.052		56.934	
Arrendamentos e aluguéis	27.1	230		234	
<b>Total</b>		<b>91.282</b>	40,3	<b>57.168</b>	25,7
<b>Acionistas</b>					
Dividendos intercalares distribuídos	25.5	46.130		53.297	
Dividendos obrigatorios	25.4	19.083		24.055	
Dividendos adicionais propostos	25.4	11.118		18.868	
<b>Total</b>		<b>76.331</b>	33,7	<b>96.220</b>	43,3
		<b>226.414</b>	100	<b>222.320</b>	100



## **NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017**

**(Em milhares de reais)**

### **1. Contexto Operacional**

A ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021 em Curitiba – PR, é uma sociedade anônima, de capital fechado, e controlada pela Companhia Paranaense de Energia COPEL que detém 70 % (setenta por cento) do seu capital social. Explora o serviço de geração de energia elétrica através do Complexo Energético Fundão e Santa Clara - CEFSC localizado no Rio Jordão, nos municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná.

O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

<b>UHE / PCH</b>	<b>Potência instalada (MW)</b>	<b>Energia assegurada (MW médios)</b>
UHE - Santa Clara	120,168	69,600
UHE – Fundão	120,168	65,800
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,900
	<b>246,411</b>	<b>140,300</b>

### **2. Concessão**

A concessão para exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, é regulada pelo contrato de número 125/2001 com a ANEEL, com base no Decreto Presidencial de 23 de outubro de 2001, cujo prazo de final de outubro de 2036, foi alterado para maio de 2037, conforme despacho nº 43 – SEM-SRG/ANEEL de 11 de janeiro de 2016, e primeiro aditivo contratual de 22 de agosto de 2017.

A extinção ocorrerá nos seguintes eventos: termo final do contrato, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia.

Ao final do contrato de concessão, que a critério da ANEEL poderá ser prorrogado, todos os bens e instalações vinculados aos aproveitamentos hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados em auditoria pela ANEEL, nos termos do Decreto nº 2003/1996.

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Companhia recolherá à União, do 6.º ao 35.º ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura do contrato, ou enquanto estiverem na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas

mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000 mil, conforme Termo de Ratificação do Lance.

As parcelas são corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM a partir de maio de 2001.

### **3. Base de Preparação**

#### **3.1 Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 28.02.2019.

#### **3.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

#### **3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **3.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

## **4. Principais Políticas Contábeis**

### **4.1 Instrumentos financeiros**

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros é a IFRS 9. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e, (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Substituindo as categorias existentes anteriormente na IAS 39: Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda.

#### **a) Custo Amortizado (CA)**

Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando incorridos, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

#### **b) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)**

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levada ao patrimônio líquido, enquanto os juros, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

#### **c) Valor Justo por meio do Resultado (VJR)**

Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e as respectivas categorias originais de mensuração, determinadas de acordo com a IAS 39, e as novas categorias de mensuração de acordo com a IFRS 9:

<b><u>Ativo</u></b>	<b><u>Categoria Original (IAS 39)</u></b>	<b><u>Nova Categoria (IFRS 9)</u></b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Recebíveis	Custo Amortizado
Créditos a Receber	Recebíveis	Custo Amortizado
<b><u>Passivo</u></b>	<b><u>Categoria Original (IAS 39)</u></b>	<b><u>Nova Categoria (IFRS 9)</u></b>
Fornecedores	Outros Passivos	Custo Amortizado
Outras contas a Pagar	Outros Passivos	Custo Amortizado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

### **Ativos Financeiros**

#### **4.1.1 - Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

### **Passivos Financeiros e instrumentos de patrimônio**

#### **4.1.2 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

#### **4.1.3 - Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### **4.1.4 - Baixas de passivos financeiros**

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

## **4.2 Imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base na vida útil, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são

registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

#### **4.3 Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

##### **4.3.1 - Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

##### **4.3.2 Ativos Não financeiros**

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

#### **4.4 Provisões**

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha

conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou intangível em curso (distribuição).

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

#### **4.5 Receita de contratos com clientes**

O CPC 47/IFRS 15 estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requisitos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A nova norma não impactou o resultado da Companhia.

#### **4.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

#### **4.7 Imposto de renda e contribuição social**

De acordo com a legislação tributária vigente para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia utiliza a sistemática do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável. A contribuição social é constituída pela alíquota de 9%.

A Companhia optou em recolher o IRPJ e a CSLL mensal pelo método da estimativa nos termos da legislação tributária vigente. Em Janeiro de 2019 fará o recolhimento da parte relativa ao ajuste anual. Do ponto de vista contábil, vem provisionando o IRPJ e CSLL mensalmente com base no Lucro Real apurado.

#### **Conceitos aplicáveis a partir de 1º.01.2019**

A avaliação quanto a adoção dos conceitos da Interpretação Técnica – ICPC 22, equivalente a Interpretação - IFRIC 23, não foi identificado nenhum impacto relevante na situação patrimonial da Companhia, dispensada a constituição de provisão.

### **4.8 Arrendamentos**

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

#### **Pronunciamento aplicável à Companhia a partir de 1º.01.2019**

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

Aplicável para períodos iniciados em ou após 1º.01.2019, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil dos arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requisitos da IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

Devido ao fato de que os contratos de arrendamento serem de valores não representativos, e também com vencimentos de curto prazo, a nova norma a vigorar não trará impactos na situação patrimonial da Companhia,

### **5. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	<b>Saldos em</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
Caixa e banco conta movimento		99	73
Aplicações financeiras de liquidez imediata		42.787	37.832
		<b>42.886</b>	<b>37.905</b>

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas a 98% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 6. Cientes

	Saldos vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	Saldos em 31.12.18	Saldos em 31.12.17
<b>Suprimentos de energia elétrica</b>					
COPEL Distribuição S/A	24.687	-	-	24.687	24.230
COPEL Comercialização S/A	641	-	-	641	748
CCEE Camara Comerc. Energia Elet.	4.881	-	-	4.881	-
Prime Energy Comercializadora	-	-	-	-	402
	<b>30.209</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.209</b>	<b>25.380</b>

A Companhia não constitui provisão para perdas de recebimento de valores faturados a seus clientes, em função de que a totalidade dos ativos recebíveis, decorrem da venda de energia com contrato de longo prazo, contraído exclusivamente com parte relacionada e com interveniência da controladora. Soma aos fatores o histórico de não ocorrência de perdas de recebíveis, desde o início das atividades.

## 7. Partes Relacionadas

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, aquisição de serviços de manutenção e telecomunicações, e, encargos pelo uso do sistema de distribuição.

	31.12.18	31.12.17
<b><u>Ativo circulante</u></b>		
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
Copel Distribuição S.A.	24.687	24.230
Copel Comercialização S.A.	641	748
<b><u>Passivo circulante</u></b>		
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
Copel Distribuição S.A.	1.137	1.055
Copel Geração e Transmissão S.A.	784	754
<b>Controlador</b>		
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	13.358	16.838
<b>Acionista</b>		
Paineira Participações S.A.	5.725	7.216
<b><u>Resultado</u></b>		
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
<b>Suprimento de Energia</b>		
Copel Distribuição S.A.	288.900	282.235
Copel Comercialização S.A.	7.550	9.662
<b>Encargos de Transmissão e Conexão</b>		
Copel Distribuição S.A.	(12.808)	(12.000)
<b>Serviços de Operação e Manutenção</b>		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(8.090)	(8.788)
<b>Serviços de Planejamento Energético</b>		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(725)	(715)
<b>Serviços de Telecomunicações</b>		
Copel Telecomunicações S.A.	(91)	(210)



**7. Outros créditos**

	<b>Saldos em</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
Serviços em Curso ( * )		4.753	4.718
Almoxarifado de manutenção e operação		7	-
Adiantamento a empregados		12	-
Adiantamento a fornecedores		-	4
		<b>4.772</b>	<b>4.722</b>

( \* ) Serviços em cursos da Companhia, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

**9. Despesas Antecipadas**

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos exercícios seguintes.

	<b>Saldos em</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
<b>Curto Prazo</b>			
Seguro das usinas		90	94
Seguro fornecedores de energia		-	16
Seguro sede administrativa		1	1
Repactuação do Risco Hidrológico		3.032	9.098
		<b>3.123</b>	<b>9.209</b>
<b>Longo Prazo</b>			
Repactuação do Risco Hidrológico		-	3.032
		-	<b>3.032</b>

Durante o período de 2015, os geradores hidrelétricos foram fortemente impactados pela geração de energia elétrica abaixo de sua garantia física, em decorrência do baixo nível dos reservatórios, afetados pela escassez de chuvas dos últimos anos, submetendo-os à liquidação junto a CCEE, ao preço do PLD, do déficit entre a energia gerada e a vendida.

Em 08.12.2015, com a promulgação da Lei nº 13.203, o Poder Concedente permitiu aos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE a repactuação do risco hidrológico até então suportado por eles, com efeitos retroativos a 1º.01.2015.

A Resolução Normativa Aneel nº 684, de 11.12.2015, estabeleceu os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica pelos agentes participantes do MRE. A repactuação no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pela transferência do risco hidrológico ao consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco pelo gerador à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT e a repactuação no Ambiente de Contratação Livre - ACL pela contratação de níveis de Energia de Reserva.

Em requerimento de 23 de dezembro de 2015, e, em despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 43 de 11 de janeiro de 2016, a Elejor aderiu a Repactuação do Risco Hidrológico de Geração Hidrelétrica, nos termos da lei 13.203/2015. Essa repactuação gerou crédito no valor de R\$ 50.517 mil (Cinquenta milhões, quinhentos e dezessete mil) assim distribuídos:

R\$ 11.148, como Prêmio de Risco referente ao ano de 2015; e  
R\$ 39.369, a título de recuperação de despesas com Compra de Energia, distribuído conforme abaixo:

Prêmio de risco – Ano 2016	R\$	9.098
Prêmio de risco – Anos 2017 a 2019	R\$	18.645
Ativo intangível – Extensão de prazo da Outorga - UBP	R\$	8.273
Passivo Circulante - Compra de Energia – CCEE	R\$	3.353

Mutação	31.12.2017	Amortização	Transf LP x CP	31.12.2018
Prêmio de risco - ativo circulante	9.098	(9.098)	3.032	3.032
Prêmio de risco - ativo não circulante	3.032	-	(3.032)	-
Intangível	7.485	(385)		7.100
	<b>19.615</b>	<b>(9.483)</b>	<b>-</b>	<b>10.132</b>
Prêmio de risco a amortizar	12.130			3.032
Extensão de prazo da outorga	7.485			7.100

#### 10. Depósitos Judiciais

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

	Valores em R\$ mil
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>78</b>
- Depósitos	-
- (Ressarcimentos)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>78</b>
- Depósitos	-
- Atualização monetária	37
- (Ressarcimentos)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>115</b>

#### 11. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes originados na mudança de critérios contábeis, contabilizados no resultado da Companhia a partir de 01/01/2010, de acordo com legislação tributária foram adicionados na apuração do Lucro Real, bem como o reconhecimento de ativos financeiros que em contrapartida com o patrimônio líquido gerou um passivo fiscal, que será tributado no momento de sua realização.

Tal previsão consta do § 2º, Art. 177, da Lei 6.404/76 (na redação dada pela Lei 11.941/2009) e IN RFB nº 949/09. Considerando o aumento nos custos / despesas advindos desses ajustes contábeis ocorridos no resultado, adicionados à base de cálculo do IRPJ e CSLL para fins de apuração do lucro real, foi reconhecido o direito de se compensar futuramente.

Com base na lei 12973/2014 e Instrução Normativa 1515/2015 da Receita Federal do Brasil, a Companhia optou pela adoção inicial da mesma lei com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015, que extinguiu o Regime Transitório de Tributação instituído pela 11941/2009, e, por conseguinte iniciou a compensação no lucro real (fiscal) os valores diferidos até o exercício de 2013, cuja amortização/realização ocorrerá no período de Janeiro de 2014 a Outubro de 2036, prazo final da concessão onerosa, e que monta os seguintes valores:

	31.12.2017	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31.12.2018
<b>Ativo não circulante</b>				
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	24.907	(1.300)	-	23.607
<b>(-) Passivo não circulante</b>				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros - Créditos de Carbono	(132)		-	(132)
<b>Líquido apresentado no Balanço</b>	<b>24.775</b>	<b>(1.300)</b>	<b>-</b>	<b>23.475</b>

### Realização dos créditos fiscais diferidos

31.12.2018	Ativo	Passivo
2019	1.300	(132)
2020	1.300	-
2021	1.300	-
2022	1.300	-
2023	1.300	-
2024 a 2026	3.900	-
2027 a 2029	3.900	-
2030 a 2032	3.900	-
2033 a 2035	3.900	-
2036	1.507	-
	23.607	(132)

## 12. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, na sua Resolução n° 444 de 26 de outubro de 2001, a Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução n° 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, com efeitos retroativos ao exercício de 2009, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão (outubro de 2036), dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de utilização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

<b>Mutação</b>	<b>31.12.2017</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas</b>	<b>Capitalizações/ Transferências</b>	<b>31.12.2018</b>
<b>Em serviço</b>						
Reservatórios, barragens, adutoras	207.579	-	(9.138)	-	-	198.441
Máquinas e equipamentos	128.276	184	(5.280)	-	-	123.180
Edificações	42.136	410	(1.804)	-	-	40.742
Terrenos	4.462	13.439	(172)	-	-	17.729
Móveis e utensílios	265	6	(58)	-	-	213
	<b>382.718</b>	<b>14.039</b>	<b>(16.452)</b>	-	-	<b>380.305</b>
<b>Em curso</b>						
Terrenos	1.718	-	-	-	(1.675)	43
Edificações e obras civis	369	-	-	-	(369)	-
Máquinas e equipamentos	422	532	-	-	(83)	871
Material em depósito	2.827	-	-	-	(52)	2.775
Depositos judiciais	9.733	-	-	-	(9.733)	-
	<b>15.069</b>	<b>532</b>	-	-	<b>(11.912)</b>	<b>3.689</b>

( \* ) Amortização da conta terrenos em observância ao Decreto 2003/96, adequando ao prazo da final da Concessão.

### 13. Intangível

A partir do exercício de 2010, com efeitos retroativos a 2005, a Companhia passou a reconhecer um Ativo Intangível relativo ao direito de uso de bem público (UBP), na modalidade de concessão onerosa. A adoção dessa prática segue a orientação contida no O-CPC 05 – Contratos de Concessão.

Para fins de apuração do valor desse intangível, seguindo a orientação da norma contábil citada, a partir do valor da UBP atualizada em Setembro/2005 e Julho/2006, tais valores foram trazidos a valor presente para aquelas datas. Também dessas datas se passou a calcular as parcelas mensais de amortização. Esses valores são equivalentes aos valores reconhecidos no balanço consolidado da Companhia controladora.

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, é a seguinte:

	<b>Contrato de concessão</b>		<b>Outros</b>		<b>Total</b>
	<b>em serviço</b>	<b>em curso</b>	<b>em serviço</b>	<b>em curso</b>	
<b>31.12.2017</b>	<b>169.043</b>	-	<b>3.520</b>	-	<b>172.563</b>
Amortização UBP	(8.569)	-	-	-	(8.569)
Amortização GSF	(386)	-	-	-	(386)
Amortização - Outros	-	-	(7)	-	(7)
<b>31.12.2018</b>	<b>160.088</b>	-	<b>3.513</b>	-	<b>163.601</b>

**14. Obrigações Sociais e Trabalhistas**

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
Contribuições Previdenciárias Retidas		8	8
Imposto de Renda Retido na Fonte		73	62
Bolsa Estágio		5	5
Provisão de férias e 13º salário		182	147
		<b>268</b>	<b>222</b>

**15. Fornecedores**

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

<b>Vencimento</b>	<b>Menos de 1 mês</b>	<b>1 a 3 meses</b>	<b>3 meses a 1 ano</b>	<b>1 a 3 anos</b>	<b>3 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5</b>	<b>Saldo em</b>	
							<b>31.12.18</b>	<b>31.12.17</b>
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	1.137	-	-	-	-	-	1.137	1.055
CCEE Camara Comerc. Energia Eletrica	521	-	-	-	-	-	521	-
Compra Energia - Mercado Livre	1.467	-	-	-	-	-	1.467	1.474
Materiais e Serviços - Copel GET	785	-	-	-	-	-	785	754
Materiais e Serviços - Outros	86	-	-	-	-	-	86	41
	<b>3.996</b>	-	-	-	-	-	<b>3.996</b>	<b>3.324</b>

**16. Imposto de Renda e Contribuição Social**

	<b>Saldos em</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
Imposto de renda - Lucro Real		27.017	33.820
( - ) Imp. renda pago por estimativa		(5.551)	(5.600)
( - ) Imp. renda retido na fonte		(386)	(751)
Contr.Social Sobre Lucro Líquido		10.062	12.775
( - ) Contr.Social pago por estimativa		(3.152)	(3.280)
		<b>27.990</b>	<b>36.964</b>

A Companhia apurou lucro fiscal no exercício assim demonstrado:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
<b>Lucro líquido antes dos tributos</b>	<b>114.710</b>	<b>144.113</b>
<b>Ajustes ao lucro contábil</b>	<b>(2.903)</b>	<b>(2.173)</b>
<b>Adições de despesas indedutíveis</b>	<b>919</b>	<b>1.649</b>
Despesas Indedutíveis	8	8
Incentivos fiscais	911	1.641
<b>Exclusões de despesas dedutíveis</b>	<b>(3.822)</b>	<b>(3.822)</b>
Saldo RTT Regime Tributário de Transição	(3.822)	(3.822)
<b>Lucro fiscal do período</b>	<b>111.807</b>	<b>141.940</b>
IRPJ e CSLL Correntes	37.079	46.595
Alíquota efetiva sobre o lucro líquido antes dos tributos	32,32%	32,33%

**17. Outras Obrigações Fiscais**

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
Tributos retidos na fonte		202	224
Previdência Social INSS		62	55
FGTS		10	12
PIS e Cofins		2.008	1.855
		<b>2.282</b>	<b>2.146</b>

**18. Dividendos a Pagar**

<b>Proposta de distribuição</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>76.331</b>	<b>96.220</b>
Reserva legal (5%) limitado a 20% do Capital Social	-	-
<b>Base de cálculo para dividendos</b>	<b>76.331</b>	<b>96.220</b>
Dividendos mínimos obrigatórios ( 25% )	19.083	24.055
<b>Saldo de dividendos à pagar</b>	<b>19.083</b>	<b>24.055</b>

	<b>Ações</b>		<b>Dividendos Propostos</b>	
	<b>Ordinárias</b>	<b>Part. %</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
Copel - Comp. Paranaense Energia	42.210	70%	13.358	16.838
Paineira Participações S/A	18.090	30%	5.725	7.217
	<b>60.300</b>	<b>100%</b>	<b>19.083</b>	<b>24.055</b>

**19. Encargos de Outorga ANEEL**

Em 31/12/2018 a obrigação contratual, reajustada monetariamente, para o pagamento das 216 (duzentas e dezesseis) parcelas mensais restantes até o término da concessão, totalizava R\$ 1.190.317 mil, a valores nominais, e a valor presente o seguinte:

	<b>Passivo</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31/12/2016</b>	<b>62.103</b>	<b>456.269</b>	<b>518.372</b>
Transferências	61.614	(61.614)	-
Pagamentos valor original	(19.000)	-	(19.000)
Pagamentos correção IGP-M	(42.614)	-	(42.614)
Varição monetária	(3.692)	54.494	50.802
<b>Em 31/12/2017</b>	<b>58.411</b>	<b>449.149</b>	<b>507.560</b>
Transferências	61.305	(61.305)	-
Pagamentos valor original	(19.000)	-	(19.000)
Pagamentos correção IGP-M	(42.305)	-	(42.305)
Varição monetária	4.402	85.474	89.876
<b>Em 31/12/2018</b>	<b>62.813</b>	<b>473.318</b>	<b>536.131</b>

<b>Períodos</b>	<b>Valor nominal</b>	<b>Valor presente</b>
2019	62.813	62.813
2020	62.813	56.589
2021	62.813	50.981
2022	62.813	45.928
2023	62.813	41.377
Após 2023	876.252	278.443
	<b>1.190.317</b>	<b>536.131</b>

**20. Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08, cuja posição em 31/12/2018, é a seguinte:

	FNDCT	MME	P & D		Consolidado
	circulante	circulante	circulante	não circulante	
<b>Em 31/12/2017</b>	<b>191</b>	<b>95</b>	<b>7.181</b>	<b>-</b>	<b>7.467</b>
Constituições	1.176	589	1.176	-	2.941
Juros SELIC	-	-	96	-	96
Recolhimentos	(1.155)	(579)	-	-	(1.734)
Conclusões	-	-	(1.358)	-	(1.358)
<b>Em 31/12/2018</b>	<b>212</b>	<b>105</b>	<b>7.095</b>	<b>-</b>	<b>7.412</b>

**21. Outras contas a Pagar**

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos		1.027	1.607
Cauções em garantia		9	9
		<b>1.036</b>	<b>1.616</b>

**22. Debêntures**

Debêntures 2ª emissão	Data de emissão	Nr. de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros	Valor do contrato	Valor atualizado em 31/12/2018
			1ª parcela	60ª parcela			
Série única	26/09/2013	60	26/10/2013	26/09/2018	DI + Spread 1,00% a.a	203.000	0
					Circulante		0
					Não circulante		0

**Características:**

Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor mínimo de R\$ 203.000 mil.

Foram emitidos 20.300 títulos com valor unitário de R\$ 10 mil.

O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

**Encargos financeiros:**

Remunerados com juros correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, extra grupo, na forma percentual, acrescida de um *spread* ou sobre taxa de 1,00% a.a., pagos mensalmente sendo a primeira parcela com vencimento em 26/10/2013 e a sexagésima em 26/09/2018.

**Destinação:**

Liquidação total do contrato de mútuo com a Controladora.

**Garantias:**

Fidejussória

**Intervenientes garantidores:**

Companhia Paranaense de Energia – Copel, na proporção de 70%, e Painera Participações e Empreendimentos Ltda, na proporção de 30%.

**Agente fiduciário:**

Pentágono S.A – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

**Mutação das debêntures:**

Consolidado	Moeda nacional		Total em R\$ mil
	Circulante	Não circulante	
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>40.488</b>	<b>30.496</b>	<b>70.984</b>
Ingressos	-	-	-
Transferencias	30.456	(30.456)	-
Encargos	5.691	(40)	5.651
Pgtos de principal	(40.608)	-	(40.608)
Pgtos de encargos	(5.657)	-	(5.657)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>30.370</b>	<b>-</b>	<b>30.370</b>
Encargos	938	-	938
Pgtos de principal	(30.415)	-	(30.415)
Pgtos de encargos	(893)	-	(893)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**23 Benefício pós Emprego**

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica



e odontológica, designado Plano Prosaúde III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

### **23.1 Plano de benefício previdenciário**

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável – CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

### **23.2 Plano Assistencial**

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosaúde III. Este plano não prevê co-participação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumido:

<b>Mutação</b>	<b>circulante</b>	<b>não circulante</b>	<b>Total</b>
<b>31.12.2017</b>	-	-	-
Apropriação do cálculo atuarial	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	325	-	325
Ganhos / perdas atuariais (Laudo)	-	-	-
Transferências	-	-	-
Amortizações	(325)	-	(325)
<b>30.12.2018</b>	-	-	-

## **24. Provisão para Contingências**

Com base em relatório da assessoria jurídica especializada, constata-se a existência de processos contra a Companhia classificados com “possibilidade” de perda, não sendo necessária a contabilização de provisão contábil para esse fim, passíveis apenas de menção em nota explicativa.

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
Ações trabalhistas		2.169	950
Ações cíveis		2.233	2.445
Desapropriações e patrimoniais		6.936	-
		<b>11.338</b>	<b>3.395</b>

---

## 24.1 Descrição da natureza e/ou informações sobre as ações

### a) Trabalhistas

Ação movida por ex-empregados do Consórcio responsável pela construção das usinas integrantes do CEFSC Complexo Energético Fundão Santa Clara, sendo a Companhia acionada solidariamente a Construtora Triunfo.

---

**Autos:** 775/2011 - 1ª Vara do Trabalho - Guarapuava

**Valor Estimado:** R\$ 2.169

**Situação Atual:** Sentença condenando solidariamente a Elejor (com a Construtora Triunfo), reformada para subsidiária após interposição de Recurso Ordinário, mantido no TST. Em cumprimento de sentença contra Triunfo.

### b) Cíveis

Ações que envolvem contratos administrativos, multas contratuais e indenizações.

---

**Autos:**0001464-23.2015.8.16.0031 - 1ª Cível – Guarapuava,

**Valor Estimado:** R\$ 1.250

**Situação Atual:** Sentença indeferindo o pedido de danos materiais e condenando em danos morais. Apelação aceita para redução do valor. Autores com Recurso Especial.

---

**Autos:**0005190-34.2017.8.16.0031 -1ª Cível – Guarapuava,

**Valor Estimado:** R\$ 765

**Situação Atual:** Fase instrutória.

---

**Autos:**0000633-69.2006.8.16.0134 - 1ª Cível - Pinhão

**Valor Estimado:** R\$ 218

**Situação Atual:** Sentença julgando improcedente o pedido. Apelação pelo autor. Contrarrazões apresentadas em Jan/17. Negado provimento em Out/18..

### c) Desapropriações e patrimoniais

As ações judiciais de desapropriação e patrimoniais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, etc.).

---

**Autos:**53/2005 – 1ª Cível - Pinhão

**Valor Estimado:** R\$ 97

**Situação Atual:** Fase instrutória.

---

**Autos:**000278-93.2005.8.16.0134 – 1ª Cível - Pinhão

**Valor Estimado:** R\$ 286

**Situação Atual:** Acórdão dando provimento integral a apelação da Companhia, afastando parcialmente o valor da sentença.

**Autos:**107/2003 – 1ª Cível - Pinhão

**Valor Estimado:** R\$ 325

**Situação Atual:** Acórdão dando provimento integral a apelação da Companhia, com a baixa do processo para realização de nova perícia.

**Autos:**000395-98.2003.8.16.0031 – 1ª Cível - Guarapuava

**Valor Estimado:** R\$ 6.228

**Situação Atual:** No prazo para as partes se manifestarem sobre nova perícia.

## 25. Patrimônio Líquido

### 25.1 Capital Social

O capital social subscrito na sociedade, por acionistas domiciliados no País em 31/12/2018, é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 41ª AGE de 08/11/2011, distribuído da seguinte forma:

<b>Acionistas</b>	<b>Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas</b>	<b>Total de Ações Subscritas e Integralizadas</b>	<b>Participação no Capital Total Integralizado</b>
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	<b>100%</b>	<b>60.300.000</b>	<b>100%</b>

### 25.2 Reserva Legal

O montante de R\$ 7.101, se refere à constituição da Reserva Legal de 5% do lucro líquido de exercícios anteriores, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, ajustado nos termos do Art. 191 da mesma lei.

### 25.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

O Ajuste no Patrimônio Líquido trata-se do reconhecimento em 2012, e reavaliados em março de 2014, no ativo Intangível das RCE's (Reduções Certificadas de Emissão) / Crédito de Carbono, no valor bruto de R\$ 387, descontado os Impostos diferidos (34%) de R\$ 132. Os certificados foram avaliados a € 1,70 (hum euro e setenta centavos) ou R\$ 4,58 (quatro reais e cinquenta e oito centavos) a tonelada, preço obtido na última venda efetuada em outubro de 2012, e, em março de 2014 reavaliados a preço atual de mercado, com base na cotação da ICE Futures Europe de € 0,18 (dezoito centavos) de euros por tonelada.

### 25.4 Dividendos Adicionais

De acordo com o Artigo 39 do Estatuto Social consolidado em 08/11/2011, a administração da Companhia, após a distribuição antecipada de dividendos do exercício de 2018 no valor de R\$ 46.131, e a proposta (Nota:18) dos dividendos obrigatórios no valor de R\$ 19.083,

propôs o registro a título de dividendos adicionais a distribuir no valor de R\$ 11.118, para posterior aprovação da AGO.

## 25.5 Dividendos Intermediários Antecipados

A diretoria propôs, e os acionistas deliberaram, conforme a 60ª AGE em 27 de setembro de 2018, distribuir antecipadamente dividendos com base no lucro apurado no primeiro semestre de 2018 no valor de R\$ 29.489, e, conforme 62ª AGE em 18 de dezembro de 2018 o lucro apurado no 3º trimestre no valor de R\$ 16.642.

## 26. Receita Líquida

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
<b>Geração</b>		<b>296.450</b>	<b>289.570</b>
Venda de Energia UHEs		288.900	282.235
Venda de Energia PCHs		7.550	7.335
<b>Comercialização</b>		<b>12.440</b>	<b>17.044</b>
CCEE		6.909	8.121
Mercado Livre		-	1.735
Revenda Energia MCP		5.531	7.188
<b>Receita Bruta</b>		<b>308.890</b>	<b>306.614</b>
Contribuição para PIS		(2.138)	(2.156)
Contribuição para COFINS		(9.869)	(9.946)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.941)	(2.916)
<b>Deduções da Receita Bruta</b>		<b>(14.948)</b>	<b>(15.018)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>293.942</b>	<b>291.596</b>

## 27. Custos Operacionais

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
Materiais		(323)	(279)
Serviços de Terceiros		(10.706)	(11.244)
Depreciação		(16.420)	(18.312)
Amortização		(8.962)	(9.359)
Seguros		(480)	(506)
Compens.Financ.Utiliz.Recursos Hídricos		(5.937)	(5.851)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL		(631)	(630)
Encargos Uso Rede de Distribuição		(12.808)	(12.000)
Compra de Energia CCEE		(521)	(3.087)
Compra de Energia - Mercado Livre		(17.561)	(18.292)
( *) Prêmio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015		(9.098)	(9.098)
( **) Repactuação do Risco Hidrológico		-	2.583
Outros custos		(103)	(283)
		<b>(83.550)</b>	<b>(86.358)</b>

**28. Despesas Operacionais**

**28.1 Despesas Administrativas**

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
Pessoal		(1.991)	(1.922)
Administradores		(1.872)	(1.768)
Material		(32)	(33)
Serviços de Terceiros		(880)	(900)
Depreciação		(32)	(32)
Arrendamento e Aluguéis		(230)	(234)
Seguros		(3)	(3)
Tributos		(980)	(1.699)
Doações, Contribuições e Subvenções		(8)	(8)
Outras despesas		(380)	(271)
		<b>(6.408)</b>	<b>(6.870)</b>

**28.2 Receitas financeiras**

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
Rendas de aplicações disponíveis p/venda		1.704	2.681
Encargos da concessão - AVP		-	10.813
Outras receitas		46	-
		<b>1.750</b>	<b>13.494</b>

**28.3 Despesas financeiras**

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
Juros e encargos - debêntures		(1.002)	(5.853)
Encargos da concessão - Pagamentos		(61.305)	(61.614)
Encargos da concessão - AVP		(28.572)	-
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF		(76)	(112)
Juros e correções - P & D		(96)	(148)
Encargos moratórios		-	(21)
		<b>(91.051)</b>	<b>(67.748)</b>

**29. Cobertura de Seguros**

As apólices de seguro dos bens patrimoniais da Companhia foram contratadas de acordo com a política de gerenciamento de seguros definida por sua Administração, visando a contratação de coberturas securitárias adequadas e em conformidade com a legislação aplicável, com a seguinte demonstração:

Apólice			Término da Vigência	Prêmio Pago	Importância Segurada
Modalidade	Seguradora	Bens Segurados			
Multi Risco	Argo Seguros Brasil	Unidades Geradoras - Sta Clara e Fundação	11/03/2019	459	197.800
Risco Nomeado	HDI Seguros	Sede Administrativa	16/05/2019	2	1.125
Garantia Contratual	Potencial Seguradora	Contrato Compra de Energia	01/01/2019	16	4.358

A Companhia tem contratado a modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 413498, com a METLIFE.

### 30. Continuidade Operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26, em seus itens 25 e 26. A eventual insuficiência de capital de giro é suportada pelos acionistas mediante ingresso de recursos destinados a aumento do capital.

### 31. Gerenciamento da Sustentabilidade e Ambiental

A Companhia realiza investimentos voltados à preservação ambiental e de sustentabilidade, inseridos nos projetos e programas que visam reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente.

### 32. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão restritos à Caixa e equivalentes, Clientes, Fornecedores e Debêntures.

	NE	31/12/18		31/12/17	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Valor Justo por meio do Resultado</b>					
Caixa e bancos conta movimento	5	99	99	73	73
Aplicações financeiras	5	42.787	42.787	37.832	37.832
<b>Custo Amortizado</b>					
Clientes	6	30.213	30.213	25.380	25.380
<b>Total dos ativos financeiros</b>		<b>73.099</b>	<b>73.099</b>	<b>63.285</b>	<b>63.285</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Custo Amortizado</b>					
Debêntures	22	-	-	30.370	30.370
<b>Total dos passivos financeiros</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.370</b>	<b>30.370</b>

Os ativos e passivos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação dos mesmos.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

### **Resumo das aplicações financeiras de curto prazo em 31 de dezembro de 2018**

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	31/12/18	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - Bradesco	90,00	11/04/2018	26/03/2021	Custo amortizado	1	1
CDB - Bradesco	85,75	01/10/2018	16/09/2021	Custo amortizado	10	10
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	23/11/2018	27/10/2023	Custo amortizado	18.923	18.923
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	11/12/2018	27/10/2023	Custo amortizado	114	114
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	21/12/2018	24/11/2023	Custo amortizado	23.729	23.729
Caixa Econ.Federal	6%+TR	29/11/2016		Poupança	10	10
					<b>42.787</b>	<b>42.787</b>

### **Clientes**

O risco da Companhia incorrer em perdas de recebimento de valores faturados a seus clientes, é minimizado, em função de que a totalidade dos ativos recebíveis, decorrem da venda de energia com contrato de longo, contraído exclusivamente com parte relacionada e com interveniência da controladora.

Soma aos fatores o histórico de não ocorrência de perdas de recebíveis, desde o início das atividades.

### **Debêntures**

As Debêntures, resgatadas na sua totalidade em Setembro de 2018, foram avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos havidos no período.

**João Biral Junior**  
Diretor Presidente

**Cleverson Moraes Silveira**  
Diretor Administrativo Financeiro

**Fernando Souza Ribeiro**  
Contador CRC/PR: 024544/O-3

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Acionistas e Conselheiros da  
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A  
Curitiba - PR**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### **Impairment do ativo imobilizado e Intangível**

“Redução ao valor recuperável de ativos”

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos classificados no grupo do imobilizado e Intangível somam o montante de R\$ 547.595 mil. Potenciais perdas por redução do



valor recuperável (*impairment*) de bens do ativo imobilizado são determinadas com base em estimativas do valor em uso desses ativos. O cálculo do valor em uso requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas, tais como: (i) Taxa de desconto utilizada equivalente a TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo; (ii) O espaço de tempo do valor em uso (considera até Maio/2037 – fixado como término da concessão); (iii) O fluxo de caixa projetado de acordo com as expectativas de geração de caixa, deduzidos dos gastos de PMSO.

Em função do valor recuperável dos ativos superar o valor dos registros contábeis, é desnecessário o reconhecimento de perdas por *impairment*.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, o entendimento dos principais controles relacionados aos processos de *impairment* e das premissas adotadas. Quanto as premissas, constatamos que são realizadas de acordo com as resoluções adotadas pela Copel.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação da perda por *impairment* são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

## **Ênfase**

### **Reemissão de relatório**

Em 31 de janeiro de 2019 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre o balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no que tange às notas explicativas, foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a melhor evidenciação das políticas contábeis, bem como a apresentação de nota explicativa de benefício pós emprego. Portanto, as referidas informações estão descritas nas notas explicativas 4, 20 e 23. Conseqüentemente, estamos reemitindo nessa data nosso relatório, que não contém ressalva ou qualquer outro tipo de modificação.

## **Outros Assuntos**

### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da ELEJOR – CENTRAIS

ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de Fevereiro de 2019



MACIEL AUDITORES S/S  
CRC RS – 005460/0-O – “T” SP  
DENNIS PAVIA VILLALVA  
CRC 1SP 246.768 O-6  
Responsável Técnico

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**Aos**

**Administradores e Acionistas da**

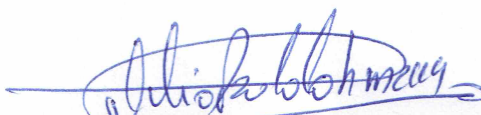
**ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A**

Os membros do Conselho Fiscal da ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame das demonstrações financeiras, do relatório anual da administração e da proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando o Relatório dos Auditores Independentes, Maciel Auditores SS, emitido sem ressalvas, sobre as Demonstrações Financeiras do exercício 2018, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

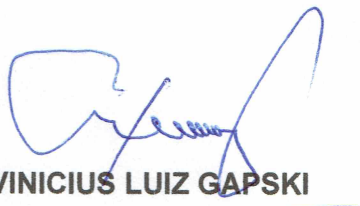
Curitiba, PR, 28 de fevereiro de 2019.



**ADRIANO FEDALTO**  
Presidente



**SILVIO PAULO LOMANN**  
Conselheiro



**VINICIUS LUIZ GAPSKI**  
Conselheiro